RELATÓRIO E CONTAS

2022

ICOVI

Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM

FICHA TÉCNICA

Título:
Relatório e Contas 2022

Edição:
ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, E.M.

Av. Viriato, n.º 194
6200-722 Tortosendo
Telefone: (+351) 275 950 531/532

geral@icovi.pt

www.icovi.pt

Ano de Edição: março 2023

"A Água de boa qualidade é como a saúde ou liberdade, só têm valor quando acaba"

Guimarães Rosa – poeta, escritor e médico

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE 5
QUEM SOMOS 7
MISSÃO 7
VISÃO 7
VALORES 7
CADEIA DE VALOR 8
POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE 8
ÓRGÃOS SOCIAIS E ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO 9
ASSEMBLEIA GERAL 9
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 9
FISCAL ÚNICO 9
CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS 9
ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO 9
ENQUADRAMENTO 10
CONTEXTO MACROECONÓMICO 10
ZONA EURO 10
PORTUGAL 10
O SECTOR DA ÁGUA 11
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS 12
O SISTEMA 12
GESTÃO DA ÁGUA 13
INVESTIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA 15
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS: 15
PROJETO COVILHÃ SOLAR 15
APROVEITAMENTOS MINI-HÍDRICOS 16

GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS 17
JARDIM DAS ARTES 17
ENERGIA FOTOVOLTAICA 17
RESUMO DAS INTERVENÇÕES 18
OBJETIVOS PARA 2023 E ANOS SEGUINTES 18
PERSPETIVAS FUTURAS 19
AQUISIÇÕES E SERVIÇOS 20
SETOR ENERGIAS RENOVÁVEIS 21
ATIVIDADES RELACIONADAS COM O AMBIENTE 21
COMUNICAÇÃO E IMAGEM 21
CONSIDERAÇÕES FINAIS 22
ACTIVIDADE ECONOMICA E FINANCEIRA 22
POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS 26
APLICAÇÃO DE RESULTADOS 27

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Nos termos dos estatutos e da legislação aplicável vem o Conselho de Administração da ICOVI, E.M., apresentar o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2022. O ano de 2022 ficou marcado pela persistência da guerra na Ucrânia e consequentemente pela subida acentuada da inflação e dos juros, o que criou diversos constrangimentos ao nível da sociedade e da economia, que condicionaram e transformaram fortemente o funcionamento das organizações.

A ICOVI, continua a ser, um valioso aliado da Câmara Municipal da Covilhã na prossecução dos interesses do Município, nomeadamente na sua esfera de ação, conforme a visão do Conselho de Administração, nomeadamente na gestão da rede de água em alta, com vista à sua melhor adequação às necessidades e ao ganho de robustez dos sistemas da sua alçada. A empresa apresenta um resultado Líquido positivo de 75.180,50 euros, o qual incorpora o resultado da sua participada em 51% ADC – Águas da Covilhã, E.M.

O Conselho de Administração continua a desenvolver esforços no sentido de poder garantir formas de financiamento comunitário e da Administração Central para poder candidatar a construção da Barragem da Ribeira das Cortes, por considerar ser a estrutura que traria maior resiliência ao abastecimento de água à população, em quantidade e qualidade para a região.

A ICOVI, tem a determinação firme de continuar a ser um parceiro fiável, dinâmico e com elevado valor acrescentado para os seus diversos stakeholders, desde os seus colaboradores ao acionista. Como empresa cuja principal atividade é na área do ambiente, pretendemos ainda implementar soluções que possam dar resposta às mais importantes questões do presente, com a preservação do meio ambiente à cabeça, garantindo o abastecimento de água às populações com elevada qualidade.

No abastecimento de água há a destacar a elevada fiabilidade do sistema que garantiu sempre o abastecimento de água em quantidade e com elevada qualidade. O controlo da qualidade da água foi feito atendendo a todas as disposições legais, devidamente aprovado pela ERSAR, representando um nível de cumprimento superior a 99,9% de água segura de acordo com a legislação em vigor.

O Jardim das Artes, um dos ex-libris da cidade, tem um cafetaria/esplanada, permitindo assim servir os cidadãos que frequentam este espaço nobre. Também a manutenção do espaço foi acautelada, com intervenções regulares na manutenção dos espaços verdes existentes.

Por fim, deve-se ainda destacar a colaboração com a Câmara Municipal da Covilhã em diversas áreas, com vista à procura de soluções eficazes que melhor possam perseguir o interesse público e paralelamente criar sinergias inovadoras.

O Presidente do Conselho de Administração,

José Miguel Ribeiro de Oliveira, Eng.º

QUEM SOMOS

Constituída em 30 de junho de 2008 para responder, com eficácia, aos grandes desafios do setor do ambiente, a ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, E.M., é uma pessoa coletiva pública, empresa municipal dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com capitais exclusivamente públicos na superintendência da Câmara Municipal da Covilhã. A empresa tem como principal objeto a gestão, construção, conservação e exploração dos serviços municipais do fornecimento de água em alta para consumo humano, bem como a gestão, construção e conservação de infraestruturas e concessões, na área do Município da Covilhã.

Em janeiro de 2009, foi deliberado pelo Município da Covilhã, proceder ao parqueamento da participação social de 51% do capital social da empresa ADC - Águas da Covilhã, E.M., na ICOVI, E.M., com capital 100% do Município da Covilhã.

MISSÃO

Prestar um serviço público de abastecimento de água em alta de forma eficiente e inovadora, contribuindo de forma sustentável a nível económica, financeira, técnica, social e ambiental.

VISÃO

Ser uma empresa de referência no setor do ambiente, de forma a promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

VALORES

- Sustentabilidade na utilização dos recursos naturais
- Preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida
- Equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental
- Equidade no acesso aos serviços básicos
- Bem-estar através da melhoria da qualidade de vida

CADEIA DE VALOR

Na persecução dos seus objetivos, a ICOVI, tem conseguido ajustar-se às imposições da Entidade Reguladora, que cada vez mais estabelece critérios de exigência em termos de controlo analítico e planos de monitorização da qualidade da água para consumo humano mais rigorosos, bem como continua aposta na manutenção assídua do sistema de tratamento necessário para a qualidade da água, através de um serviço que resulta da promoção da melhoria contínua, com a satisfação pessoal e profissional dos colaboradores, numa ótica de sustentabilidade dos recursos naturais e promoção do desenvolvimento regional.

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

A ICOVI tem a sustentabilidade presente no seu negócio, é um compromisso no desenvolvimento da sua atividade, de interface com a sociedade e o ambiente, constituindo para a resolução de questões que melhorem a vida das populações.

ÓRGÃOS SOCIAIS E ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO

A ICOVI, dispõe, para o desenvolvimento da sua atividade, uma estrutura organizacional em órgãos sociais que assenta a sua atuação em função das orientações estratégicas definidas. Do ponto de vista dos níveis organizacionais estão implementados três níveis:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	David Fontes Neves
1.º Vice-Presidente	Jorge Manuel Galhardo de Matos Vieira
2.º Vice-presidente	Júlio Manuel de Sousa Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	José Miguel Ribeiro de Oliveira
Vogal	Ana Margarida Pereira de Oliveira Garcia
Vogal	Nuno Filipe Abreu Pedro

FISCAL ÚNICO

Cruz Martins & Associados, SROC, LDA

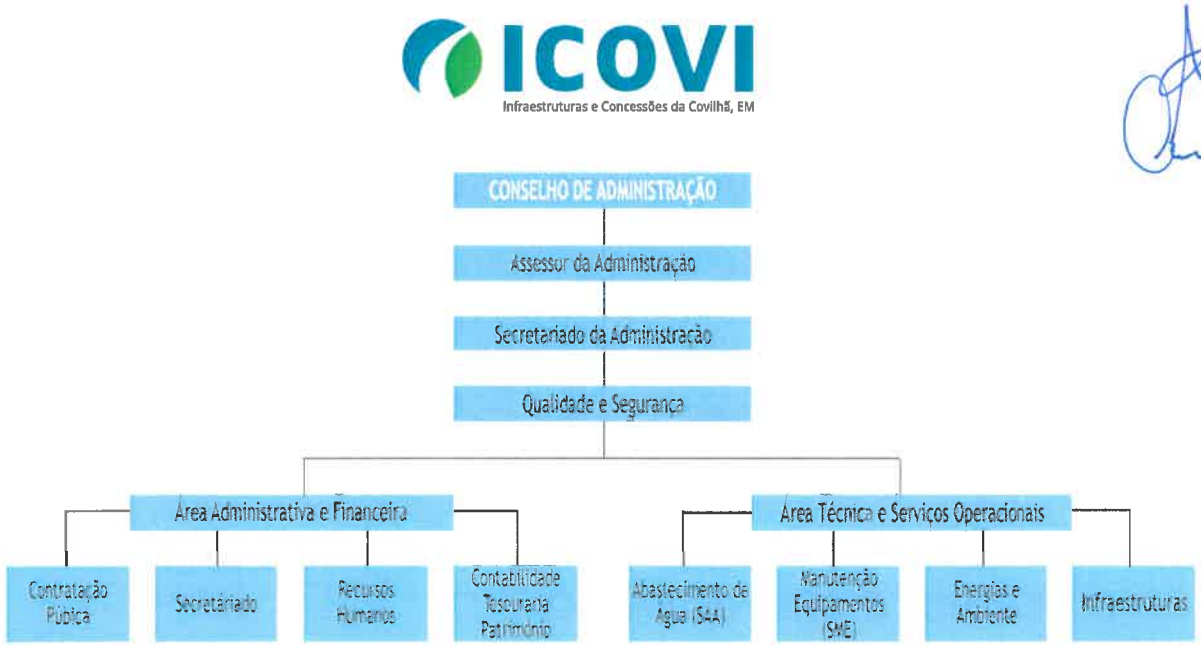
Representada por	Américo Pereira de Abreu, ROC
Fiscal Único Suplente	Sofia Salvado Martins, ROC

CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

A empresa não tem dívidas à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública.

ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO

A ICOVI, encontra-se estruturada em áreas funcionais de apoio à implementação das orientações da tutela sectorial e financeira e à gestão da empresa, centrando a sua atuação na sustentabilidade social, ambiental, técnica e económico-financeira; no relacionamento com os vários stakeholders; na otimização dos recursos de capital e humanos e na excelência.



ENQUADRAMENTO
CONTEXTO MACROECONÓMICO[1]

ZONA EURO

A inflação elevada tem impacto negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro de política têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza. A perda de termos de troca induzida pela subida dos preços de importação das matérias-primas energéticas constitui uma perda de rendimento real da economia que deve ser assumida e partilhada por todos os agentes.

[1] Fontes: *FMI World Economic Outllook; European Comission Economic Outllook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu*; Eurostat e INE.

É importante que os aumentos de salários e margens de lucro sejam consistentes com um quadro de estabilidade de preços, contribuindo para evitar pressões inflacionistas e preservar a competitividade externa. A inflação registou nova subida, situando-se em 8,1% em 2022, reduzindo-se gradualmente para 5,8% em 2023, sendo as projeções macroeconómicas da inflação para 2024 de 3,3% e 2,1% em 2025.

PORTUGAL

O crescimento da economia portuguesa reduz-se em 2023, após uma variação anual de 6,8% no ano anterior. O crescimento em 2022 reflete a melhoria acentuada da atividade ao longo de 2021 e a estimativa atual do INE para o PIB no primeiro trimestre de 2022. Para 2022, o efeito de arrastamento ou carry-over foi 3,9 pp, sendo mais reduzido para 2023 (0,6 pp).

A economia portuguesa cresceu acima da área do euro entre 2016 e 2019, mantendo esta tendência em média entre 2020 e 2025. Nas projeções do Eurosistema, o crescimento do PIB na área do euro situa-se em 3,4% em 2022 e reduz-se para 0,5% em 2023, recuperando para cerca de 1,9% em 2024-25. Recorde-se que o impacto da pandemia foi superior em Portugal, traduzindo-se numa queda do PIB mais marcada em 2020 (8,3% vs. 6,2%) e numa recuperação similar em 2021 (5,5% vs. 5,2%). O diferencial positivo de crescimento desde 2019 face à área do euro situa-se próximo de 3 pp e reflete diversos fatores estruturais e conjunturais.

O SECTOR DA ÁGUA

A água é uma substância vital para o ser humano. O ciclo da água tem sofrido alterações em decorrência das ações do homem e a escassez de água limpa já é um dos grandes desafios do século XXI. Levando em conta que mais de 1,4 mil milhões de pessoas (24% da população do planeta) não tem acesso à água tratada, o tema definitivamente entrou na agenda ambiental mundial. A quantidade de água doce disponível representa apenas 1% do total de água no planeta e, nas últimas cinco décadas, a degradação decorrente do seu uso irracional aumentou em níveis alarmantes. As atividades de abastecimento de água às populações e de saneamento de águas residuais urbanas constituem serviços de interesse geral, que visam a prossecução do interesse público, essenciais ao bem-estar dos cidadãos, à saúde

pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente, e devem pautar-se por princípios de universalidade no acesso, de continuidade e qualidade de serviços, de eficiência e equidade dos preços. O setor das águas em Portugal, materializado através dos serviços de abastecimento público de água às populações, de saneamento das águas residuais urbanas, tem naturalmente uma importância fundamental na sociedade portuguesa.

Em Portugal a ERSAR publica anualmente os dados relativos à qualidade da água, que indiciam a elevada qualidade da água e do serviço prestado em Portugal.
Os últimos dados conhecidos indicam o nível de excelência com indicador de água segura na ordem dos 99%, (98,66%) das análises realizadas em Portugal não apresentavam qualquer incumprimento, e que 96% dos alojamentos em Portugal têm acesso a abastecimento de água, enquanto 83% têm acesso a drenagem de águas residuais. Ainda assim há aspetos a melhorar e existem riscos que estão identificados e que urge abordar: a intensificação dos fenómenos meteorológicos extremos, com períodos de seca mais frequentes e prolongados aconselha a que a capacidade de captação e armazenagem de água seja aumentada, e por outro a elevada idade de algumas das infraestruturas existentes obrigam a delinear um plano abrangente que vá permitindo a progressiva substituição de redes.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Com o presente Relatório de Gestão, em cumprimento do previsto na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, o Conselho de Administração da ICOVI, E.M. visa referir os aspetos mais relevantes das atividades da empresa no ano de 2022. A atuação da empresa, nos diferentes campos de intervenção, tem como objetivos fundamentais a otimização dos resultados operacionais e a racionalização de custos, garantindo ao mesmo tempo um serviço de qualidade superior, tendo sempre em linha de conta o enquadramento macroeconómico.

O SISTEMA

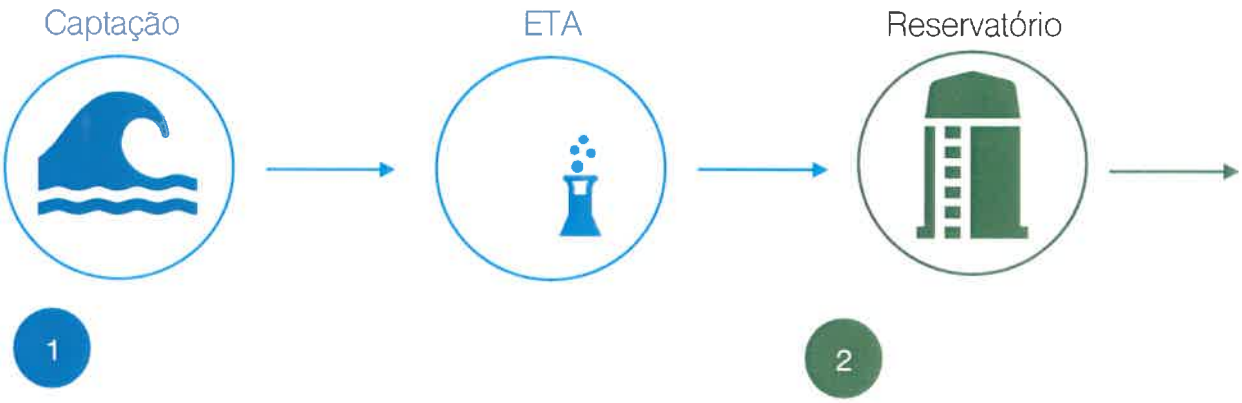
O abastecimento de água em alta no concelho da Covilhã é feito através de 9 subsistemas, com 31 reservatórios em alta com uma capacidade total de armazenamento de 18.645 m3, com 21 pontos de entrega e 27 origens próprias dos diferentes subsistemas de abastecimento cobrem 93,83% e servem 93,33% da população.

O maior subsistema de abastecimento tem como captação principal a Albufeira da Cova do Viriato e fornece água a 53% dos habitantes do concelho, os outros subsistemas dependem quase exclusivamente de captações de água subterrâneas: poços e minas. A primeira fase do projeto de abastecimento de água em alta ao Concelho da Covilhã, a qual incluiu a beneficiação da ETA das Penhas da Saúde e a construção de cerca de 25 Km de novas condutas adutoras e seis novos reservatórios, foi concluída em dezembro de 2015, entrando em serviço durante o ano de 2016.

A segunda fase do projeto, atualmente em desenvolvimento, incluirá a nova Barragem da Ribeira das Cortes, uma nova ETA e o respetivo sistema adutor.

GESTÃO DA ÁGUA

A principal atividade da ICOVI é a gestão integrada do ciclo urbano da água, compreendendo as seguintes fases, a captação, passando pelo tratamento e a distribuição em alta de água para consumo público.



Captação >
Recolha de água, superficial ou subterrânea, no meio hídrico.

Tratamento >
Correção das características físicas, químicas e bacteriológicas da água de forma a torná-la adequada para o consumo humano.

Adução >

Armazenamento >
Armazenamento de água de forma a assegurar a continuidade do abastecimento.

INVESTIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA

- Reparação de caudalímetros ETA, R012 e R104; reparação de atuador ETA; substituição secador de ar ETA; substituição de areia dos filtros gravíticos de areia; normalização do funcionamento da válvula altimétrica R101; reposição do funcionamento dos sistemas autónomos de produção de energia elétrica no R102 e R104);
- Elaboração de estudos e projetos relativos à normalização de requisitos exigidos pelas entidades competentes relativamente à Barragem da Cova do Viriato (nomeadamente Proposta de Classificação da Barragem, Anteplano de Observação da Barragem, Reabilitação da Rede de Drenagem da Galeria de visita).
- Levantamento da atual situação da infraestrutura (para efeitos de futura monitorização programada conforme Anteplano/plano de Observação a adotar. Intervenção ao nível da conservação da infraestrutura (reposição da iluminação da galeria de visita, levantamento de patologias existentes);
- Definição de procedimento tipo adotar para operação da descarga de fundo da barragem Cova do Viriato;
- Reativação dos projetos existentes (ainda válidos) e respetivo licenciamento, nomeadamente do projeto ambiental, levantamento da informação existente/ponto de situação da Barragem da Ribeira das Cortes;

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS:

- Jardim das Artes; procedimento de receção definitiva de equipamentos;
- Projeto de abastecimento de água em alta ao concelho da Covilhã (fase 1); procedimento de receção definitiva de equipamentos;

PROJETO COVILHÃ SOLAR

A ICOVI foi a entidade responsável pela implementação do Projeto Covilhã Solar, que visa a promoção do consumo e produção de energia elétrica solar, possibilitando a diversas entidades do Concelho da Covilhã aceder a esta forma de energia, bem como poupar na fatura proveniente do aquecimento de águas sanitárias. Foi assim possível colocar diversas instalações deste tipo em diversas estruturas dispersas por todo o Concelho da Covilhã.

Estando a terminar o período de amortização dos financiamentos, e atendendo ao facto de uma gestão de proximidade bem como potenciar os benefícios deste projeto, está a ICOVI a intensificar as negociações com as respetivas entidades para durante o próximo ano, se concretizar a venda dos equipamentos de energia.

Lista dos equipamentos sob alçada da ICOVI:

Designação da Entidade	
Centro dia de Cantar Galo	Centro Social Comunitário Peso
Grupo desportivo do Lameirão	Associação Juventude do Peso
Junta de Freguesia do Sarzedo	Freguesia do Peso
Junta de Freguesia do Barco	Junta Freguesia do Ourondo
Junta de Freguesia do Barco - Piscina	Freguesia Unhais da Serra
Centro Social Cultural de Verdelhos	Sport Club Estrela da Pousadinha
CCD Estrela do Zêzere da Boidobra	Junta Freguesia da Boidobra
Junta Freguesia Vales do Rio	Junta Freguesia de Cortes Meio
Junta de Freguesia das Cortes	Junta Freguesia de S. Jorge da Beira
Junta de Freguesia de Orjais	Freguesia de Cantar Galo

APROVEITAMENTOS MINI-HÍDRICOS

A energia produzida nos aproveitamentos mini-hídricos é enquadrável no conceito de "energia renovável": por ser um recurso inesgotável, não obstante ser condicionado e limitado, por ser pouco poluente ou com efeitos ambientais negativos pouco relevantes e por ser uma componente relevante de um desenvolvimento sustentável.

Em Portugal, o reanimar deste tipo de aproveitamentos hidroelétricos verificou-se com a entrada em vigor do Decreto-Lei No 189/88, de 27 de Maio e portarias Regulamentadoras 445/88 e 958/89, que abriram a atividade de produção independente de energia elétrica a pessoas singulares ou coletivas, de direito público ou privado, possibilitando o aparecimento dos "promotores independentes".

Comparando com outras formas de produção elétrica as mini-hídricas tem as seguintes vantagens:

- Permitem poupar combustíveis fósseis, com repercussão positiva para a economia nacional;
- São autossuficientes não necessitando de outra fonte de energia associada;
- Permitem a oferta de energia descentralizada com baixo custo e longa duração.

A ICOVI com investimento na Primeira Fase de Abastecimento ao Concelho da Covilhã, começam a verificar-se as condições que permitiram implementar uma solução deste tipo, pelo que se devem retomar os esforços para verificar a viabilidade desta solução.

GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS

Em 30 de Junho de 2015 foi celebrado um Contrato Programa entre o Município da Covilhã e a ICOVI para a gestão de Infraestruturas Municipais ligadas ao desporto, cultura e lazer. Desde então e até ao final do ano de 2019, em que, por decisão tomada pela Câmara Municipal, o referido Contrato Programa foi revogado, a ICOVI tem vindo a gerir apenas o Jardim das Artes.

JARDIM DAS ARTES

O Jardim das Artes, espaço verde interativo e moderno, situado na zona nova da cidade, o jardim abarca um espaço de lazer, com 18 mil metros quadrados. Plantado junto à rua Centro de Artes, próximo do Serra Shopping, dispõe de um percurso pedonal de 840 metros quadrados envolvido por uma vasta zona verde com um jardim de esculturas. Este espaço, possui o maior parque infantil do concelho, uma cafetaria com esplanada que teve abertura ao público no ano 2019, centro de atividades físicas para adultos, skate parque, espelho de água e uma área com 400 lugares sentados para atividades culturais. Este espaço é ideal para famílias com filhos pequenos, mas não só, pois foi projetado tendo em conta as diferentes etapas da vida dos cidadãos, disponibilizando acesso gratuito à Internet, via wireless wi-fi.

No ano de 2022 a cafetaria/esplanada foi explorada pela ICOVI, permitindo assim assegurar um serviço que desde a pandemia estava encerrado.

ENERGIA FOTOVOLTAICA

A Administração tem estado empenhada em acordar com as entidades devedoras, o pagamento das quantias em dívida, que em 31 de dezembro de 2022 ascendem a 102.833,22 euros. Apesar da mora ser significativa, entende-se que estão reunidas as condições para a sua recuperação. De facto, têm sido desenvolvidos esforços para acordar com estas entidades a definição de planos de pagamento para cobrança das dívidas existentes e concretizar a venda dos equipamentos de produção de energia.

RESUMO DAS INTERVENÇÕES.

- Contratação de serviços para controlo analítico da qualidade da água no concelho da Covilhã, para o ano de 2022, com custo total de 20.910,00 euros. A ICOVI - Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM, enquanto entidade gestora em alta de água para consumo humano, no concelho da Covilhã, tem obrigação de assegurar a qualidade da água nos pontos de entrega (PE) à entidade gestora em baixa, de acordo a legislação vigente. Dado o exposto foi necessária a aquisição de serviços para o controlo analítico da qualidade da água no concelho da Covilhã, para garantir o cumprimento do PCQA 2022 e a implementação de programa de monitorização operacional no sistema de abastecimento em alta.
- Elaboração de anteprojeto para instalação de estação meteorológica junto à Barragem da Cova do Viriato;
- Projeto para reposição de rede elétrica no corpo principal/açude da portela da barragem da Cova do Viriato;
- Projeto para instalação de sistema de videovigilância na barragem da Cova do Viriato;
- Elaboração do projeto, por parte do Departamento Técnico da ICOVI, dos Procedimentos de Emergência Simplificados da Barragem da Cova do Viriato;
- Elaboração do projeto, por parte do Departamento Técnico da ICOVI, do Plano de Observação da Barragem da Cova do Viriato;
- Acompanhamento do processo relativo à receção definitiva da Empreitada "Projeto de Abastecimento de Água em Alta ao concelho da Covilhã – Fase I: execução de condutas e reservatórios";
- Estudo para implantação de um conjunto de bocas de incêndio a instalar nas condutas adutoras existentes na encosta da Serra da Estrela, na vertente voltada para a cidade da Covilhã;

OBJETIVOS PARA 2023 E ANOS SEGUINTES

Concentrada na sua missão e na sua visão, a ICOVI continuará a desenvolver a sua atividade, num quadro de universalidade e de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, com maior foco no aumento do seu negócio, assente na consolidação financeira e na eficiência de exploração, que têm vindo a conseguir-se.

Apresentam-se as seguintes atividades, a concretizar durante o próximo ano e seguintes, na sequência dos objetivos plasmados nos estatutos da empresa, em desenvolvimento desde o seu início de atividade, nomeadamente no que respeita ao cumprimento das missões afetas ao abastecimento de água em alta, na implementação e dinamização de projetos na área das energias renováveis, na gestão das infraestruturas municipais e, finalmente, na divulgação da sua missão e projetos junto das populações que pretende servir.

- Controlar a qualidade da água fornecida com vista ao cumprimento rigoroso de legislação em vigor, através do PCQA, aprovado pela ERSAR;
- Desenvolver e implementar o Plano de Segurança da Água (PSA) para todos os subsistemas de abastecimento de água em alta no concelho da Covilhã;
- Revisão e estabelecimento de um novo Plano de Contingência a ser aplicado a fenómenos meteorológicos extremos, envolvendo as diversas entidades municipais e de Proteção Civil.
- Melhorar o processo de monitorização do tratamento de água para abastecimento;
- Elaborar e implementar o plano de prevenção e manutenção das infraestruturas existentes;
- Potenciar a redução do consumo de energia das infraestruturas existentes;
- Promover e manter os diferentes sistemas elencados na alínea b) do n.º 5 do Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, nomeadamente;
- Implementação num programa de monitorização das infraestruturas e desencadear e implementar um PGI:
- Rever os instrumentos que regem a relação contratual com a ADC.

Um sistema de garantia de qualidade do serviço prestado aos utilizadores
Um sistema de gestão patrimonial de infraestruturas
Um sistema de gestão de segurança
Um sistema de gestão ambiental

PERSPETIVAS FUTURAS

Considerando os desenvolvimentos recentes da guerra na Ucrânia tem tido um efeito muito negativo sobre as economias europeias. O ano de 2023, com o que se conhece hoje, será marcado por grande instabilidade, destacando-se a escassez de alguns bens, as elevadas taxas de inflação e dos juros, bem como as alterações climáticas são um problema global que exige respostas concertadas a nível global e ações adequadas a nível local.

Para limitar os impactes das alterações climáticas é preciso reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e adaptar o país às mudanças previsíveis, de forma a reduzir os efeitos negativos das alterações climáticas nos ecossistemas e na qualidade de vida da população.

Salienta-se alguns investimentos programados para o ano 2023:

- Desenvolver o "Projeto de Abastecimento de Água em Alta ao Concelho da Covilhã Fase II", o qual inclui a execução da nova barragem da Ribeira das Cortes, a nova ETA da Varanda dos Carqueijais e o respetivo sistema adutor de interligação.

Entre as infraestruturas referidas, nomeadamente com a elaboração do projeto de execução, das peças de procedimento e respetivo lançamento e condução do procedimento de contratação pública, bem como, paralelamente, proceder à instrução de candidatura a financiamento público, assim que tal seja possível através da abertura de candidaturas respetiva;

- Desenvolvimento de projeto/candidatura/execução da conduta adutora entre o R105 e o R51 Peso;
- Lançamento da empreitada de reabilitação dos reservatórios existentes em alta, bem como avaliação/readaptação do sistema de tratamento existente nos mesmos (quando aplicável), com correspondente elaboração de projeto e implementação de um sistema de GPI;
- Outras candidaturas a financiamento público no âmbito do Abastecimento de Água em Alta, nomeadamente no âmbito do PRR.
- Alteração dos equipamentos de medição de volumes de águas à saída da ETA das Penhas da Saúde;
- Execução de novas ligações hidráulicas, para reforço de emergência da disponibilidade hídrica do sistema de abastecimento (plano de contingência);
- Execução de trabalhos de reabilitação de reservatórios/sistemas de tratamento de acordo com as exigências do Plano de Segurança da Água (PSA);
- Realizar estudo que atualize a situação patrimonial da empresa.

AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

- Aquisição de diverso software necessário para a execução e acompanhamento de projeto;
- Aquisição de equipamento de comunicação/telegestão para as diferentes áreas de intervenção da empresa municipal;

- Aquisição de sistema de informação geográfica (SIG) para gestão global de infraestruturas associadas à empresa municipal ICOVI;
- Aquisição de serviços adicionais de controlo analítico para caraterização da água bruta e avaliação do sistema de tratamento de cada subsistema existente, no âmbito do PSA.

SETOR ENERGIAS RENOVÁVEIS

- Desenvolvimento/concretização dos estudos relativos à possibilidade de aproveitamentos hidroenergéticos ao longo do sistema de abastecimento de água em alta ao município da Covilhã, em colaboração/parceria com a SIEMENS S.A.;
- Outras candidaturas a financiamento público no âmbito das Energias Renováveis;
- Monitorização e funcionamento dos sistemas de microgeração instalados;
- Proceder à realização de candidaturas a fundos disponíveis para criação de Parques Eólicos no Concelho da Covilhã

ATIVIDADES RELACIONADAS COM O AMBIENTE

- Proceder à instrução, submissão e execução (em caso de aprovação) de candidaturas a financiamento público relacionadas com o Ambiente;

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

- Implementação junto das populações nomeadamente nas escolas de ações de educação, de sensibilização ambiental e de utilização responsável da água junto da comunidade;
- Desenvolvimento e implementação da atualização da imagem institucional da ICOVI, EM, nomeadamente pela implementação de ferramentas eletrónicas de acesso à informação da empresa municipal atreves do seu site, dando cumprimento às exigências legais e institucionais, melhorando a transparência e o acesso à informação.
- Planeamento e implementação de uma campanha que vise a promoção da frequência e utilização das infraestruturas municipais sob gestão da ICOVI, EM, nomeadamente o Jardim das Artes, fomentando a prática desportiva e a aquisição de hábitos de vida saudáveis da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração congratula-se pela colaboração de todos os que contribuíram para o desempenho operacional e financeiro da ICOVI, ao desenvolvimento das atividades realizadas em 2022 ao nível das obras e da exploração, com os recursos operacionais e humanos próprios necessários, recorrendo ao apoio transversal da Câmara Municipal da Covilhã e ADC - Águas da Covilhã, EM, bem como a prestações de serviços específicas, durante o ano de 2022, destacando:

- as trabalhadoras e trabalhadores, pela dedicação, competência e profissionalismo;
- os gestores das empresas, que prosseguem e concretizam diariamente, a nossa missão comum;
- os membros dos órgãos sociais, pela colaboração prestada;
- ao acionista, pelas orientações, pelo empenho, pela confiança e pelo apoio concedidos;
- os clientes, parceiros privados e instituições financeiras, pela renovada confiança;
- a Entidade Reguladora, pela disponibilidade e colaboração;
- as entidades oficiais nacionais e internacionais do setor do ambiente;

ATIVIDADE ECONOMICA E FINANCEIRA

Tendo em conta a evolução dos rendimentos e dos gastos, no exercício verificou-se um aumento do EBITDA em 307.446,64 euros, tendo atingido 827.817,50 euros em 2022 e (520.370,85 euros em 2021).

Nos rendimentos destacam-se as rubricas:

1. "Vendas e serviços prestados" no valor de 935.329,96 euros (898.293,76 euros em 2021).

2. "Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos" no valor de 94.052,18 euros (45.587,43 euros em 2021).

   Trata-se da imputação à ICOVI da fração que lhe corresponde nos resultados da participada ADC. A redução face ao ano anterior resulta da evolução desfavorável dos resultados da ADC em 2022 face a 2021;

3. "Outros rendimentos", no valor de 435.092,14 euros (306.247,93 euros em 2021), que inclui: (i) a imputação de subsídios para investimentos de 291 milhares de euros em cada um dos anos 2022 e 2021; (ii) no ano 2022, o valor 130.246,05 euros referente à comparticipação para reembolso dos gastos com pessoal da ICOVI, suportado com trabalhadores que em 2022 estiveram ao serviço do Município da Covilhã. Esta verba foi atribuída e paga pelo Município da Covilhã em 2022.

Nos gastos destacam-se as rubricas:

1. "Fornecimentos e serviços externos", no valor de 154.381,84 euros (236.067,07 euros em 2021):

Descrição	Ano 2022	Ano 2021	Var
Serviços Especializados	119.613,14	200.399,07	-80.785,93
Materiais	9.370,77	10.627,08	-1.256,31
Energia e fluidos	8.995,83	7.974,21	1.021,62
Deslocações, estadas e transportes	208,51	1.308,32	-1.099,81
Serviços diversos	16.193,59	15.758,39	435,20
Total	**154.381,84**	**236.067,07**	**-81.685,23**

A diminuição mais relevante, está relacionada com o facto de no ano 2021 terem sido suportados gastos (não recorrentes), relativos à manutenção e conservação de infraestruturas pertencentes à ICOVI, no valor de 47 milhares de euros. Em 2022 os gastos desta natureza foram insignificantes.

2. "Gastos com o pessoal", que diminuíram em 4.990,46 euros, tendo atingido 420.053,34 euros (425.043,80 euros em 2021). Reflete uma redução ainda que ligeira da estrutura de pessoal.

3. "Juros e gastos similares suportados", no montante de 61.807,06 euros (78.645,15 euros em 2021). A diminuição dos juros resulta de duas situações, uma relativa ao efeito da redução dos financiamentos, no valor de 494.839,16 euros, outra relativa ao aumento das taxas de juro.

No ativo destacam-se as seguintes rubricas:

1. Os ativos fixos tangíveis, que em 31 de dezembro de 2022 ascendem a 71.525.483,67 euros (cerca de 88% do ativo) e em 31 de dezembro de 2021 ascendiam a 72.205.538,19 euros.

    a. No período que compreende os anos de 2010 a 2012, no âmbito do projeto "Covilhã Solar", a ICOVI adquiriu equipamentos para a produção de energia, no montante de 1.081 mil euros, que foram instalados nas entidades com as quais foram realizados protocolos. Em 31 de dezembro de 2022, a quantia escriturada líquida destes ativos ascende a 244 milhares de euros (290 milhares de euros 31 de dezembro de 2021).

    b. Destes equipamentos, em anos anteriores, 39 foram assumidos pelo Município da Covilhã, passando a receita que lhe corresponde a ser reconhecida por esta entidade. Apesar disso, em 31 de dezembro de 2022 estes equipamentos ainda estavam incluídos nos ativos fixos tangíveis da ICOVI, sendo a sua quantia escriturada líquida de 170 milhares de euros (200 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021).

2. A participação financeira detida na ADC – Águas da Covilhã, E.M. (51%), cuja quantia escriturada em 31 de dezembro de 2022 é de 7.803.488,88 euros (7.729.318,45 euros 31 de dezembro de em 2021).

3. Os resultados contabilísticos e os resultados para efeitos fiscais têm vindo a degradar-se nos últimos anos, pelo que, a Administração, de forma prudente, decidiu não reconhecer o imposto diferido ativo correspondente aos prejuízos fiscais dos anos 2021, 2020 e 2019.

    A expetativa da Administração é que a reformulação da atividade iniciada em 2020, potencie favoravelmente os resultados futuros, os quais deverão ser suficientes para deduzir, na sua grande maioria, os prejuízos fiscais acumulados, os quais ascendem a cerca de 1,17 milhões de euros. Consequentemente, considera-se provável a realização do ativo apresentado na rubrica "Ativos por impostos diferidos", que em 31/12/2022 ascende a 111.310,24 euros.

4. Os "Inventários" no valor de 1.007.295,29 euros (1.007.295,29 euros em 31/12/2021). Estes resultaram de trabalhos realizados em 2017 e 2018 em infraestruturas pertencentes ao Município da Covilhã, em que a ICOVI foi a responsável pela sua execução ao abrigo de protocolos celebrados entre estas entidades, cuja faturação ao Município está ainda pendente. A expetativa da Administração é que, a faturação ao Município da Covilhã e correspondente cobrança ocorra em 2023.

5. Os "Clientes", no valor de 417.255,19 euros (318.708,43 euros em 31/12/2021). Cerca de 100% é relativo a ADC.

6. Os "Outros créditos a receber", no valor de 181.538,87 euros (179.991,60 euros em 31/12/2021), que incluem:

    a. Saldos das entidades abrangidas pelo programa Covilhã Solar, no valor de 82,6 milhares de euros (84 milhares de euros em 31/12/2021).

    Apesar da antiguidade de alguns valores, é expetativa da administração recuperar grande parte deste valor, como já referido neste relatório.

    b. Dívida de uma entidade prestadora de serviços, no valor de 69 milhares de euros.

    A realização desta dívida está dependente do cumprimento do acordo que foi celebrado em 2021 entre a ICOVI e essa entidade. É convicção da Administração que este acordo será cumprido, sendo que a recuperação do ativo deverá ocorrer com serviços que estão para ser contratados a esta entidade.

7. A Administração considera que a recuperação dos ativos referidos nos pontos 1.b), 4 e 6 anteriores, são importantes para manter o equilíbrio financeiro da ICOVI e fazer face aos compromissos assumidos, designadamente para pagamento da amortização dos financiamentos e juros durante o ano de 2023.

No passivo destacam-se os seguintes aspetos:

1. O passivo total ascende a 5.123.315,35 euros (5.822.319,63 euros em 31/12/2021) e o passivo corrente ascende a 705.315,35 euros (867.925,53 euros em 31/12/2021).

2. Os financiamentos que ascendem a 3.081.246,33 euros (3.576.085,49 euros em 31/12/2021), dos quais 476.570,22 euros em passivo corrente (514.261,84 em 31/12/2021).

3. Finalmente, no passivo destaca-se o Imposto a pagar relativo aos subsídios ao investimento, no valor de 1.758.495,67 euros (1.837.742,38 euros em 31/12/2021), o qual está incluído no passivo não corrente, na rubrica "Outras Dívidas a Pagar".

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A ICOVI, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias: (i) Risco de taxa de juro; (ii) Risco de taxa de câmbio; (iii) Risco de liquidez; (iv) Risco de crédito; (v) Risco de mercado.

A Administração tem estado empenhada e assume a responsabilidade pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da ICOVI, orientadas em função das suas preocupações essências.

A exposição da ICOVI ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, quer tenham sido contratados a taxa fixa ou a taxa variável. A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um nível adequado de disponibilidades que permitam não só assegurar o desenvolvimento normal das atividades da empresa como também fazer face a eventuais operações de caráter extraordinário. Atendendo à situação financeira da ICOVI e apesar do volume de financiamentos ainda estar acima do desejável, o risco de taxa de juro considera-se ainda moderado, nomeadamente porque em 2019 foram contratados financiamentos em condições muito mais favoráveis.

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente ou de qualquer outra entidade devedora, relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas no âmbito da sua atividade.

A Administração está empenhada na gestão permanente dos créditos a receber, bem como o acompanhamento da evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade. O principal risco de crédito está associado aos saldos a receber das entidades envolvidas no projeto "Covilhã Solar", no entanto, a Administração considera que as expetativas de cobrança são positivas, tendo em conta os desenvolvimentos recentes de negociação com estas entidades, e por isso entende que este risco é ainda reduzido.

A Administração procura efetuar um planeamento rigoroso dos serviços que presta, sendo de referir que a ICOVI não está exposta de forma significativa às flutuações de mercado, mas depende fortemente das intenções e decisões do Município da Covilhã. Pese embora este condicionalismo, a Administração está empenhada em ter níveis de atividade e estrutura adequados para aumentar os níveis de rentabilidade e os resultados futuros.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O conselho de administração propõe que o resultado líquido positivo de 72.180,50 euros, seja transferido para a conta de resultados transitados.

Tortosendo, 31 de março de 2023

BALANÇO

Rúbricas	Notas	Período 31-12-2022	Período 31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	71.525.483,67	72.205.538,19
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	7.803.488,88	7.729.318,45
Ativos por impostos diferidos	9	111.310,24	111.310,24
Sub - total		**79.440.282,79**	**80.046.166,88**
Ativo corrente			
Inventários	6 e 10	1.007.295,29	1.007.295,29
Clientes	11	417.255,19	318.708,43
Estado e outros entes públicos	12	3.972,90	5.692,43
Outros créditos a receber	13	181.538,87	179.991,60
Diferimentos	14	13.969,56	17.255,74
Caixa e depósitos bancários	5	419.358,63	511.296,44
Sub - total		**2.043.390,44**	**2.040.239,93**
Total do ativo		**81.483.673,23**	**82.086.406,81**
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	64.000.000,00	64.000.000,00
Reservas legais	15	161.846,61	161.846,61
Outras reservas	15	2.941.101,81	2.941.101,81
Resultados transitados	6 e 15	-1.126.461,45	-1.078.833,46
Ajustamentos / outras variações do capital próprio	15	10.311.690,56	10.497.685,81
Sub - total		**76.288.177,53**	**76.521.800,77**
Resultado liquido do período	15	**72.180,50**	**-257.713,59**
Total do capital próprio	6 e 15	**76.360.358,03**	**76.264.087,18**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	2.604.676,11	3.061.823,65
Outras dividas a pagar	17	1.813.323,74	1.892.570,45
		4.417.999,85	**4.954.394,10**
Passivo corrente			
Fornecedores	18	18.601,69	31.991,85
Estado e outros entes públicos	19	39.786,30	40.986,44
Financiamentos obtidos	16	476.570,22	514.261,84
Outras dividas a pagar	17	111.445,35	221.773,61
Diferimentos	20	58.911,79	58.911,79
		705.315,35	**867.925,53**
Total do passivo		**5.123.315,20**	**5.822.319,63**
Total do capital próprio e do passivo		**81.483.673,23**	**82.086.406,81**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	21	935.329,96	898.293,76
Subsídios à exploração	22	1.075,50	
Ganhos/perdas imp. de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	94.052,18	45.587,43
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-18.036,64	-10.622,25
Fornecimentos e serviços externos	23	-154.381,84	-236.067,07
Gastos com o pessoal	24	-420.053,34	-425.043,80
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	-575,69	-844,60
Outros rendimentos	25	435.092,14	306.247,93
Outros gastos	26	-44.684,77	-57.180,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**827.817,50**	**520.370,85**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-689.818,30	-697.398,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**137.999,20**	**-177.027,88**
Juros e gastos similares suportados	28	-61.807,06	-78.645,15
Resultado antes de impostos		**76.192,14**	**-255.673,03**
Imposto sobre o rendimento do período	9	-4.011,64	-2.040,56
Resultado líquido do período		**72.180,50**	**-257.713,59**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período 31-12-2022	Período 31-12-2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		1.099.036,46	906.917,98
Pagamentos a fornecedores		-214.337,63	-317.433,57
Subsidios à exploração		1.075,50	16.823,53
Pagamentos ao pessoal		-355.047,51	-330.523,05
Caixa gerada pelas operações		**530.726,82**	**275.784,89**
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimento		-840,56	-1.225,93
Outros recebimentos / pagamentos		-307.452,74	-177.491,79
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**222.433,52**	**97.067,17**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-14.990,01	-10.983,98
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)		**-14.990,01**	**-10.983,98**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Cobertura de prejuízos		255.673,03	232.947,30
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-476.288,41	-118.399,83
Juros e gastos similares		-60.215,19	-48.081,13
Pagamento de leasings		-18.550,75	-13.271,17
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**-299.381,32**	**53.195,17**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**-91.937,81**	**139.278,36**
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	5	511.296,44	372.018,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	419.358,63	511.296,44
Variação de caixa e seus equivalentes (saldo final - saldo inicial)		**-91.937,81**	**139.278,36**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS 2022

Descrição		Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações capital próprio	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2021	1	6	64.000.000,00	161.846,61	2.941.101,81	-1.078.833,46	10.497.685,81	-257.713,59	76.264.087,18
Alterações no período									
Resultados não atribuídos (MEP)		15				-45.587,43	45.587,43		
Outros movimentos no capital próprio da subsidiária (MEP)		15					-19.881,75		-19.881,75
Cobertura de prejuízos realizada pelo Município		15				255.673,03			255.673,03
Aplicação do resultado de 2021		15				-257.713,59		257.713,59	
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento		15					-289.283,98		-289.283,98
Imputação aos outros rendimentos - depreciação dos bens doados		15					-1.663,66		-1.663,66
Realização do subsídio ao investimento - imposto a pagar		15					79.246,71		79.246,71
Sub - total	2					**-47.627,99**	**-185.995,25**	**257.713,59**	**24.090,35**
Resultado líquido de 2022	3							**72.180,50**	**72.180,50**
Resultado integral	4							**72.180,50**	**72.180,50**
Operações com detentores do capital próprio	5								
Posição no fim do período de 2022	6=1+2+3+5		**64.000.000,00**	**161.846,61**	**2.941.101,81**	**-1.126.461,45**	**10.311.690,56**	**72.180,50**	**76.360.358,03**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS 2021

Descrição		Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações capital próprio	Resultado Liquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2020	1	6	64.000.000,00	161.846,61	2.941.101,81	-924.930,28	10.378.072,51	-234.873,23	76.321.217,42
Alterações no período									
Resultados não atribuídos (MEP)		15				-151.977,25	151.977,25		
Outros movimentos no capital próprio da subsidiária (MEP		15					179.632,85		179.632,85
Cobertura de prejuízos realizada pelo Município		15				232.947,30			232.947,30
Aplicação do resultado de 2020		15				-234.873,23		234.873,23	
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento		15					-289.647,85		-289.647,85
Imputação aos outros rendimentos - depreciação dos bens doados		15					-1.663,66		-1.663,66
Realização do subsídio ao investimento - imposto a pagar		15					79.314,71		79.314,71
Sub - total	2					**-153.903,18**	**119.613,30**	**234.873,23**	**200.583,35**
Resultado líquido do período	3							**-257.713,59**	**-257.713,59**
Resultado integral	4							**-257.713,59**	**-257.713,59**
Operações com detentores do capital próprio	5								
Posição no fim do período de 2021	6=1+2+3+5		**64.000.000,00**	**161.846,61**	**2.941.101,81**	**-1.078.833,46**	**10.497.685,81**	**-257.713,59**	**76.264.087,18**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da empresa: ICOVI-Infraestruturas e Conceções da Covilhã, E.M. com o número de identificação de pessoa coletiva 508282322.

Sede: Avenida Viriato, 194 - Tortosendo

Natureza da atividade

A ICOVI é uma empresa municipal, foi constituída em 2008. O capital da empresa é de 64.000.000 euros sendo detido a 100% pelo Município da Covilhã. Tem por atividade principal a captação e tratamento de água CAE 36001.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho republicado pelo decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) - Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho
- Normas interpretativas (NI).

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

A Sociedade adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospetivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de janeiro de 2009, e a Sociedade preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

A adoção das NCRF nos termos definidos no Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho, ocorreu pela primeira vez em 2016. As Demonstrações Financeiras de 2016 foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas *"Outros Créditos a Receber" e "Outras Dívidas a Pagar"*.

4.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

I. A natureza da reclassificação;

II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

No âmbito do processo de cisão os bens do ativo fixo tangível que passaram para a ICOVI foram reconhecidos na data da cisão como se segue:

I. a quantia bruta que transitou da sociedade cindida foi reconhecida como quantia bruta na ICOVI;

II. as depreciações acumuladas na sociedade cindida à data da cisão foram reconhecidas na ICOVI como; depreciações acumuladas. Após a data da cisão, os bens referidos estão a ser depreciados em função da vida útil estimada pela Administração.

As reintegrações do exercício referentes aos bens que resultaram do processo de cisão, foram determinadas de acordo com o estudo realizado pelo departamento técnico, à data da cisão. De acordo com este estudo foram definidas as seguintes vidas uteis, com destaque para os bens seguintes:

- ETAR das Penhas da Saúde - 65 anos;
- Zonas verdes e Captações de água: 32 anos;
- Câmaras de Perca de Carga - 75 anos;
- Redes de Esgotos - 160 anos;
- Reservatórios - 136 anos;
- Redes de distribuição de água em fibrocimento: 100 anos;
- Condutas Adutoras, Redes de distribuição de Água e Tanques de Rega - 175 anos;
- Estação de Tratamento de Água – 75 anos;
- Barragem do Viriato- 150 anos;
- Restante Equipamento Básico: 8 anos.

Ainda de acordo com este estudo, a entidade também estimou um valor residual para os bens do Ativo Fixo Imobilizado, que resumidamente foi de:

- ETAR das Penhas da Saúde (30% do valor escriturado);
- Câmaras de Perca de Carga (50% do valor escriturado);
- Redes de Esgotos e Zonas Verdes (60% do valor escriturado);
- Reservatórios (70% do valor escriturado);
- Condutas Adutoras, Redes de distribuição de Água e Tanques de Rega (75% do valor escriturado).

As depreciações dos bens adquiridos após a data da cisão são calculadas às taxas de amortização previstas na legislação fiscal, eventualmente ajustadas nos casos em que a Administração da ICOVI entende que as vidas uteis estimadas são diferentes.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade".

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.3. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*". Os dispêndios inicias suportados com a contratação dos financiamentos foram diferidos, sendo imputados aos resultados numa base sistemática ao longo do período de amortização.

Os "*Encargos Financeiros*" de "*Empréstimos Obtidos*" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido.

Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

• Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

• Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a caraterística qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

4.2.4. Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias, são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade assim determinadas.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são

similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

4.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

   i. Alterações no risco segurado;

   ii. Alterações na taxa de câmbio;

   iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;

   iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:

      (i) Alterações no preço do bem locado;

      (ii) Alterações na taxa de câmbio

      (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Créditos a Receber

Os "*Créditos a Receber*" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outros Passivos Correntes*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expetativa razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no capital próprio gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

4.2.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças

temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

4.2.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

I. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
III. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Outros créditos a receber);
IV. Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis;
V. Apuramento das imparidades relativas a Outros créditos a receber.

4.2.10. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. Assim, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado

monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2022 e em 31/12/2021 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2022	31-12-2021
Numerário	11	261,72	862,10
Depósitos à ordem	12	419.096,91	510.434,34
Total		**419.358,63**	**511.296,44**

6 POLÍTICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi efetuado um ajustamento à rúbrica de inventários no valor de 72.081.86 euros, imputável ao ano de 2017. Para garantir a comparabilidade da informação financeira, foram reexpressas as rúbricas do balanço conforme quadro seguinte.

Descrição	Balanço do exercíco findo em 31/12/2021	Ajustamento aos comparativos	Balanço do exercíco findo em 31/12/2021 (comparativo 2022)
Produtos e trabalhos em curso	935.213,43	72.081,86	1.007.295,29
Total do ativo	82.014.324,95	72.081,86	82.086.406,81
Resultados transitados	-1.150.915,32	72.081,86	-1.078.833,46
Capital próprio	76.192.005,32	72.081,86	76.264.087,18

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2022							
Descrição	Terreno e recursos naturais	Edificios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	2.604.561,86	65.044.075,34	12.604.636,37	111.899,25	27.110,49	919.318,72	81.311.602,03
Aquisições			9.038,78		725,00		9.763,78
Saldo final	**2.604.561,86**	**65.044.075,34**	**12.613.675,15**	**111.899,25**	**27.835,49**	**919.318,72**	**81.321.365,81**
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	7.437,97	5.050.709,64	3.739.265,78	63.302,49	18.839,65	226.508,31	9.106.063,84
Depreciações o exercicio	1.785,11	210.541,86	408.546,28	11.341,86	3.157,84	54.445,35	689.818,30
Saldo final	**9.223,08**	**5.261.251,50**	**4.147.812,06**	**74.644,35**	**21.997,49**	**280.953,66**	**9.795.882,14**
Ativo liquido	**2.595.338,78**	**59.782.823,84**	**8.465.863,09**	**37.254,90**	**5.838,00**	**638.365,06**	**71.525.483,67**

2021							
Descrição	Terreno e recursos naturais	Edificios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	2.604.561,86	65.044.075,34	12.599.827,37	111.899,25	22.090,18	919.318,72	**81.301.772,72**
Aquisições			4.809,00		5.020,31		**9.829,31**
Saldo final	**2.604.561,86**	**65.044.075,34**	**12.604.636,37**	**111.899,25**	**27.110,49**	**919.318,72**	**81.311.602,03**
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	5.652,86	4.840.167,78	3.325.369,84	49.988,81	16.179,03	171.306,79	**8.408.665,11**
Depreciações o exercicio	1.785,11	210.541,86	413.895,94	13.313,68	2.660,62	55.201,52	**697.398,73**
Transferências / Abates							
Saldo final	**7.437,97**	**5.050.709,64**	**3.739.265,78**	**63.302,49**	**18.839,65**	**226.508,31**	**9.106.063,84**
Ativo liquido	**2.597.123,89**	**59.993.365,70**	**8.865.370,59**	**48.596,76**	**8.270,84**	**692.810,41**	**72.205.538,19**

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2022 em 31/12/2021 o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras", foi o seguinte:

2022					
Descrição	**%**	**31-12-2021**	**Imputaçao de outras variações no capital próprio da participada**	**Imputação do resultado liquído da participada**	**31-12-2022**
ADC - Águas da Covilhã, E.M.	51,00%	7.729.318,45	-19.881,75	94.052,18	7.803.488,88
Total	**51,00%**	**7.729.318,45**	**-19.881,75**	**94.052,18**	**7.803.488,88**

2021					
Descrição	**%**	**31-12-2020**	**Imputaçao de outras variações no capital próprio da participada**	**Imputação do resultado liquído da participada**	**31-12-2021**
ADC - Águas da Covilhã, E.M.	51,00%	7.504.098,17	179.632,85	45.587,43	7.729.318,45
Total	**51,00%**	**7.504.098,17**	**179.632,85**	**45.587,43**	**7.729.318,45**

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras da entidade ADC – Águas da Covilhã, E.M. com referência a 31/12/2022 e 31/12/2021.

9 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A empresa está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), atualmente à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC, acresce ainda a derrama municipal e a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes que não relevam para efeitos fiscais. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Resultado antes de impostos (contabilístico), prejuízo fiscal / lucro tributável e detalhe do imposto

	Descrição		2022	2021
1	Resultados antes de impostos		76.192,14	-255.673,03
2	Taxa do imposto		21,00%	21,00%
3	Imposto do exercicio (corrente)		4.011,64	2.040,56
4	Prejuizo fiscal / lucro tributável		53.207,18	-216.684,79
5	Imposto sobre o rendimento		3.352,05	
6	Tributações autónomas e derrama		659,59	-2.040,56
7	Imposto total	= 5 + 6	4.011,64	-2.040,56

Conciliação entre resultado antes de impostos (contabilístico) e prejuízo fiscal / lucro tributável

Descrição	Período	
	2022	2021
Resultados antes de impostos	76.192,14	-255.673,03
Anulação do efeito nos resultados da aplicação do MEP	-94.052,10	-45.587,43
Subsidio ao investimento correspondente às quotas perdidas	67.683,22	67.625,65
Perdas por imparidade em outros créditos a receber	-575,69	-844,60
Outras correções fiscais	3.959,61	17.794,62
Prejuízo / lucro tributável	**53.207,18**	**-216.684,79**

Cálculo do imposto diferido (prejuízos fiscais dedutíveis)

Em anos anteriores a ICOVI reconheceu os impostos diferidos ativos no valor de 111.310,24 euros, correspondente aos prejuízos fiscais gerados em períodos anteriores a 2019.

Os resultados contabilísticos e os resultados para efeitos fiscais têm vindo a degradar-se nos últimos anos, pelo que, a Administração, de forma prudente, decidiu não reconhecer os ativos por impostos diferidos correspondentes aos prejuízos fiscais de 2019, 2020 e 2021.

Exercício em que o prejuízo é gerado	Valor do prejuízo fiscal	Valor do prejuízo fiscal dedutível em períodos futuros
2016	104.883,20	67.637,47
2017	143.455,48	143.455,48
2018	253.042,70	253.042,70
2019	273.135,60	273.135,60
2020	214.179,44	214.179,44
2021	255.673,03	255.673,03
	1.244.369,45	**1.207.123,72**

Na estimativa de IRC do período foram considerados a deduzir prejuízo fiscais no montante de 37.245,73 euros.

10 INVENTÁRIOS

Em 31/12/2022 e 31/12/2021, a rúbrica "inventários" evidencia um total de 1.007.295,29 euros, referente a trabalhos realizados em 2017 e 2018 em infraestruturas pertencentes ao Município da Covilhã e realizados pela ICOVI ao abrigo de protocolos celebrados entre estas entidades, cuja faturação ao Município está ainda pendente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi efetuado um ajustamento (positivo) à rúbrica de inventários no valor de 72.081,86 euros, imputável ao ano de 2017. Para garantir a comparabilidade da informação financeira, foram reexpressas as rúbricas do balanço conforme nota 6.

Descrição	Período	
	2022	2021
Saldo inicial	1.007.295,29	1.007.295,29
Saldo no fim do período	**1.007.295,29**	**1.007.295,29**

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas", é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	2022	2021
Custo água comprada	5.750,00	5.750,00
Custo de outras matérias	12.286,64	4.872,25
Saldo no fim do período	**18.036,64**	**10.622,25**

11 CLIENTES

Em 31/12/2022 e 31/12/2021 a rúbrica "clientes" apresentava a seguinte composição:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Entidade participada	416.750,84	318.120,54
Outros clientes	504,35	587,89
Saldo no fim do período	**417.255,19**	**318.708,43**

12 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Em 31/12/2022 e 31/12/2021 a rúbrica "Estado e Outros Entes Públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
IRC - pagamento especial por conta	2.234,25	5.586,30
IRC - a recuperar	615,41	
Imposto sobre o valor acrescentado	1.123,24	106,13
Saldo no fim do período	**3.972,90**	**5.692,43**

O pagamento Especial por Conta não deduzido à data de 31/12/2022, teve origem no ano de 2018.

13 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	26.500,00	26.500,00
Fornecedores c/ corrente	2.635,44	
Outros devedores - Consumos - Microgeração:		
Saldos outros devedores consumos microgeração	103.127,92	103.984,18
Imparidades outros devedores consumos microgeração	-20.275,36	-19.699,67
Outros devedores	69.550,87	69.207,09
Saldo no fim do período	**181.538,87**	**179.991,60**

Em 2022 procedeu-se ao reforço das perdas por imparidade no montante de 575,69 euros. A Administração procedeu à avaliação do risco associado a estas dívidas, concluindo que as imparidades reconhecidas são suficientes para fazer face ao risco de incobrabilidade identificado.

14 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Diferimento ativo" é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Seguros	3.535,04	5.239,75
Gastos com financiamentos	10.434,52	12.015,99
Saldo no fim do período	**13.969,56**	**17.255,74**

Os dispêndios iniciais suportados com a contratação dos financiamentos foram diferidos, sendo imputados aos resultados numa base sistemática ao longo do período de amortização.

15 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital Subscrito

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, o capital da Empresa totalmente subscrito e realizado é de 64.000.000 Euros, e pertence na totalidade ao Município da Covilhã.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 2022 a reserva legal ascendia a 161.846,61 euros, montante que já se verifica desde 2019.

Outras reservas

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Outras reservas" é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Reservas livres	928.486,58	928.486,58
Reservas estatutárias e outras	2.012.615,23	2.012.615,23
Saldo no fim do período	**2.941.101,81**	**2.941.101,81**

Resultados Transitados

No exercício findo em 31/12/2022 e em 31/12/2021, os movimentos na rubrica "Resultados transitados" foram os seguintes:

31-12-2021	Lucro / Prejuízos não atribuídos	Aplicação R L exercicio anterior	Cobertura de prejuízo pelo Município	31-12-2022
-1.078.833,46	-45.587,43	-257.713,59	255.673,03	-1.126.461,45
-1.078.833,46	**-45.587,43**	**-257.713,59**	**255.673,03**	**-1.126.461,45**

31-12-2020	Lucro / Prejuízos não atribuídos	Aplicação R L exercício anterior	Cobertura de prejuízo pelo Município	31-12-2021
-924.930,28	-151.977,25	-234.873,23	232.947,30	-1.078.833,46
-924.930,28	**-151.977,25**	**-234.873,23**	**232.947,30**	**-1.078.833,46**

Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio" é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Ajustamentos em ativos financeiros	3.119.936,63	3.094.230,95
Subsidios para investimentos	7.170.956,13	7.380.993,40
Doações	20.797,80	22.461,46
Saldo no fim do período	**10.311.690,56**	**10.497.685,81**

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, os movimentos na rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros" foram os seguintes:

Saldo em 31/12/2020	**2.762.620,85**
Lucro / prejuízos não atribuidos	151.977,25
Outras variações nos capitais próprios da participada	179.632,85
Saldo em 31/12/2021	**3.094.230,95**
Lucro / prejuízos não atribuidos	45.587,43
Outras variações nos capitais próprios da participada	-19.881,75
Saldo em 31/12/2022	**3.119.936,63**

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Subsídios ao Investimento" é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Subsidios p/ investimentos - base tributável	8.929.451,80	9.218.735,78
Subsidios p/ investimentos - imposto a pagar	-1.758.495,67	-1.837.742,38
Saldo no fim do período	**7.170.956,13**	**7.380.993,40**

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, os movimentos na rubrica "Doações", foram os seguintes:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Saldo no início do período	22.461,46	24.125,12
Imputação da depreciação dos bens doados	-1.663,66	-1.663,66
Saldo no fim do período	**20.797,80**	**22.461,46**

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, os movimentos na rubrica "Subsídios ao Investimento", foram os seguintes:

Movimentos	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Saldo no inicio do período	**7.380.993,40**	**7.591.326,54**
Imputação aos outros rendimentos dos subsidios ao investimento	-289.283,98	-289.647,85
Reconhecimento de subsídios ao investimento - Imposto a pagar	79.246,71	79.314,71
Movimentos no período	**-210.037,27**	**-210.333,14**
Saldo no fim do período	**7.170.956,13**	**7.380.993,40**

16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Financiamentos Obtidos" apresentava a seguinte composição:

Instituições de crédito	31-12-2022			31-12-2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Crédito Agricola	99.067,73	389.495,59	**488.563,32**	99.884,77	488.335,80	**588.220,57**
Banco Santander	176.895,75	730.079,68	**906.975,43**	174.701,71	906.975,43	**1.081.677,14**
Caixa Crédito Agricola	126.378,74	979.486,01	**1.105.864,75**	134.565,52	1.105.249,34	**1.239.814,86**
Eurobic	69.435,16	501.390,77	**570.825,93**	85.503,81	553.301,46	**638.805,27**
Locações Financeiras	4.792,84	4.224,06	**9.016,90**	19.606,03	7.961,62	**27.567,65**
Total	**476.570,22**	**2.604.676,11**	**3.081.246,33**	**514.261,84**	**3.061.823,65**	**3.576.085,49**

17 OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Outras Dividas a Pagar" apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Credores por acréscimo de gastos	92.543,26		98.717,47	
Outros credores -Município	18.869,38		18.869,38	
Outros credores - PDR 2020			98.756,00	
Outros credores - Imposto a pagar por subsídios reconhecidos no capital próprio (nota 15)		1.758.495,67		1.837.742,38
Outros credores - FCT			5.430,76	
Cauções - Loteadores de cisão		54.828,07		54.828,07
Outros	32,71			
Saldo no fim do período	**111.445,35**	**1.813.323,74**	**221.773,61**	**1.892.570,45**

18 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Entidade participada	9.426,93	16.476,13
Outros fornecedores	9.174,76	15.515,72
Total	**18.601,69**	**31.991,85**

19 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Imposto sobre o rendimento		840,56
Retenções efetuadas a terceiros	3.714,92	12.049,00
Imposto sobre o valor acrescentado	27.700,64	19.699,42
Contribuições para a segurança social	7.885,44	7.912,16
Penhoras a entregar ao estado	485,30	485,30
Total	**39.786,30**	**40.986,44**

20 DIFERIMENTOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Diferimentos" no passivo, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Rendimentos a reconhecer - alienação painéis	58.911,79	58.911,79
Saldo no fim do período	**58.911,79**	**58.911,79**

21 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Vendas e serviços prestados" totalizou 935.329.96 euros e 898.293.76 euros respetivamente, apresentando a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2022	2021
Vendas		
Venda de Água	525.442,27	510.855,89
Microgeração	986,70	1.045,00
Total	**526.428,97**	**511.900,89**

Descrição	Período	
	2022	2021
Prestações de serviços		
Quiosque Jardim das Artes	9.696,74	
Análises de água	7.533,37	5.622,81
Disponibilização painéis microgeração	5.589,63	7.205,06
Renda de infraestruturas	386.081,25	373.565,00
Total	**408.900,99**	**386.392,87**

22 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

No exercício findo em 31/12/2022 a rubrica "Subsídios à exploração" teve um movimento de 1.075,50 euros, relativo a um contrato Emprego Inserção +, apoiado pelo IEFP.

23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	2022	2021
Trabalhos especializados	106.167,96	125.041,12
Publicidade e propaganda	6.600,00	12.301,49
Honorários		16.125,00
Conservação e reparação	5.615,58	45.946,48
Serviços bancários	1.229,60	984,98
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	6.138,26	9.563,25
Material escritório	1.187,87	198,01
Artigos para oferta	632,40	341,94
Outros fornecimentos	1.412,24	523,88
Eletricidade	6.337,43	2.762,97
Combustíveis	2.005,44	4.759,15
Água	646,06	444,49
Outros Fluidos	6,90	7,60
Deslocações e estadas	208,51	1.308,32
Rendas e alugueres	529,58	384,80
Comunicação	4.169,47	3.032,72
Seguros	5.759,47	6.466,94
Contencioso e notariado	175,00	
Despesas de representação	750,07	1.712,66
Limpeza, higiene e conforto	4.691,00	3.850,24
Outros Serviços	119,00	311,03
Total	**154.381,84**	**236.067,07**

24 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Gastos com o pessoal" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período	
	2022	2021
Remunerações dos administradores	57.313,07	57.065,07
Remunerações do pessoal	279.665,50	283.083,29
Encargos sobre remunerações	75.109,38	76.588,44
Seguros acidentes trabalho	7.087,47	6.845,36
Outros gastos com o pessoal	877,92	1.461,64
Total	**420.053,34**	**425.043,80**

25 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Outros rendimentos e ganhos" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	2022	2021
Outros rendimentos - Compensação entidade participante	130.246,05	
Rendas e outros rendimentos em propriedades	5.100,00	4.800,00
Subsídios para investimentos	289.283,98	289.647,85
Correções relativas a exercicios anteiriores	3.086,45	10.031,27
Imputação de deprecialão de bens doados	1.663,66	1.663,66
Outros rendimentos	5.712,00	105,15
Total	**435.092,14**	**306.247,93**

26 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Outros gastos" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	2022	2021
IMI	37.677,34	28.466,46
Outros impostos e taxas	2.956,24	3.460,03
Donativos	3.310,00	12.700,00
Quotizações	666,00	1.166,00
Outros gastos	75,19	11.388,06
Total	**44.684,77**	**57.180,55**

27 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	2022	2021
Ativos fixos tangíveis (nota 7)	689.818,30	697.398,73
Total	**689.818,30**	**697.398,73**

28 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Juros e gastos similares suportados" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	2022	2021
Juros com financiamentos obtidos	59.507,94	74.794,43
Juros com contratos de leasing	374,22	878,50
Outros	1.924,90	2.972,22
Total	**61.807,06**	**78.645,15**

29 PARTES RELACIONADAS

A Icovi é detida em 100% pelo Município da Covilhã, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na entidade. Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a empresa apresentava os seguintes saldos com as partes relacionadas:

Rúbricas	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Clientes:		
A.D.C. - Águas da Covilhã (nota 11)	416.750,84	318.120,54
Outros créditos a receber:		
Município da Covilhã (nota 13)	294,70	
Total	**417.045,54**	**318.120,54**

Rúbricas	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores		
A.D.C. - Águas da Covilhã (nota 18)	9.426,93	16.476,13
Outras dividas a pagar:		
Município da Covilhã (nota 17)	18.869,38	18.869,38
	18.869,38	**18.869,38**
Total	**28.296,31**	**35.345,51**

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Entidades	Fornecimentos e serviços externos	Vendas e prestações serviços	Outros rendimentos	Outros gastos
Município da Covilhã			132.946,05	
A.D.C. - Águas da Covilhã	23.742,58	919.056,89		203,49
Total	**23.742,58**	**919.056,89**	**132.946,05**	**203,49**

Ano de 2021

Entidades	Fornecimentos e serviços externos	Vendas e prestações serviços	Outros rendimentos	Outros gastos
Município da Covilhã			2.400,00	
A.D.C. - Águas da Covilhã	23.303,80	890.043,70		112,48
Total	**23.303,80**	**890.043,70**	**2.400,00**	**112,48**

30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, e não existem ações próprias.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

31 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

No exercício de 2023 as circunstâncias impostas pela Guerra da Ucrânia, continuam a criar fortes constrangimentos sobre a economia, designadamente altas taxas de inflação, escassez de alguns produtos e taxas de juro cada vez mais altas.

É espetável que a ICOVI seja afetada por este cenário, designadamente, um impacto a nível dos gastos, existindo um elevado grau de incerteza quanto às implicações no relato financeiro futuro.

32 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O conselho de administração propõe que o resultado líquido positivo de 72.180,50 euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

33 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Administração aprovou as demonstrações financeiras em 2023 / 03 /31

Contabilista certificado	O Conselho de Administração
Jose Damasceno Inscrito na OCC sob o n.º 1589	